

# LG Informática S.A.

CNPJ nº 01.468.594/0001-22

Balancos patrimoniais				
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.639	29.232	23.153
Contas a receber	5	50.858	38.476	58.684
Tributos a recuperar CP	6	9.223	12.612	9.690
Outros ativos		4.596	2.970	4.280
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>80.316</b>	<b>83.290</b>	<b>95.807</b>
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber	5	370	386	370
Aplicações financeiras		-	-	38
Tributos diferidos	17	-	-	1.151
Outros ativos		3.394	104	3.394
Investimentos	7	32.015	37.891	-
Imobilizado		4.118	4.251	4.599
Dividendos a pagar	24	3.284	1.346	12.284
Intangível	8	397.054	389.845	433.766
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>440.235</b>	<b>435.823</b>	<b>446.002</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>520.551</b>	<b>519.113</b>	<b>542.409</b>
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Obrigações sociais e trabalhistas	9	21.675	15.329	22.807
Fornecedores	10	9.878	10.039	8.932
Debêntures	12	28.876	29.450	28.876
Empréstimos e financiamentos	11	9.746	10.018	9.746
Passivo de arrendamento CP		1.367	1.367	1.367
Tributos a recolher	13	5.854	4.242	6.836
Dividendos a pagar	24	16.878	11.766	17.625
Receitas diferidas	14	14.926	16.919	15.196
Outros passivos	15	4.076	2.666	4.033
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>113.276</b>	<b>101.796</b>	<b>115.418</b>
<b>Não circulante</b>				
Obrigações sociais e trabalhistas	9	5.710	6.056	5.710
Debêntures	12	68.324	95.639	68.324
Empréstimos e financiamentos	11	4.418	12.467	4.418
Passivo de arrendamento		2.457	3.471	2.457
Provisões para demandas judiciais	16	100	-	104
Outros passivos	15	1.446	3.911	1.446
Tributos diferidos passivos	17	38.149	33.220	38.149
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>120.604</b>	<b>154.764</b>	<b>120.608</b>
<b>Capital social</b>	18(a)	<b>268.844</b>	<b>257.092</b>	<b>268.844</b>
Reserva de capital	18(c)	(11.065)	(10.034)	(11.065)
Reserva legal	18(b)	7.344	5.829	7.344
Pagamento baseado em ações		-	-	-
Reserva de investimentos	18(d)	21.548	9.666	21.548
Participação não controladores		286.671	262.553	286.671
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>286.671</b>	<b>262.553</b>	<b>306.383</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>520.551</b>	<b>519.113</b>	<b>542.409</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	30.297	3.720	32.132	4.782
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>30.297</b>	<b>3.720</b>	<b>32.132</b>	<b>4.782</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	35.226	10.495	40.590	13.925
Ajustes para reconciliação do resultado líquido:				
Depreciação e amortização	17.933	16.107	21.705	18.933
Resultado de equivalência patrimonial	(3.267)	1.541	-	2.132
Provisão (reversão) para perdas em contas a receber	188	460	(205)	942
Provisão (reversão) para demandas judiciais	-	-	-	239
Provisão de juros e custo de captação de empréstimos e debêntures	18.333	22.854	18.340	22.876
Juros de passivo de arrendamento	426	166	426	166
Juros sobre contas a pagar pela aquisição de controlada	886	938	886	945
Provisão para participação nos resultados	4.512	-	4.686	-
Perda por aquisição de controle de investidas e baixa de investida	844	258	-	258
Programa de incentivo de longo prazo	(347)	2.730	(347)	2.730
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>				
Contas a receber	(11.384)	6.116	(12.536)	4.484
Tributos a recuperar	3.400	(1.287)	3.363	(1.606)
Outros ativos	(3.967)	(680)	(4.420)	(816)
Fornecedores	(258)	3.863	(2.356)	3.967
Salários e encargos	1.373	(2.452)	1.377	(1.893)
Tributos a recolher	1.372	(83)	1.906	(1.065)
Receita diferida	(1.993)	(1.297)	(2.270)	(997)
Outros passivos	(2.270)	(1.995)	(3.226)	(2.047)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.571)	(2.279)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>60.987</b>	<b>57.734</b>	<b>63.248</b>	<b>60.894</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital em investimentos	(19)	(658)	-	-
Aporte de capital em investidas	(1.698)	(16.055)	-	(2.289)
Aquisição de ativo imobilizado	(858)	(1.074)	(1.052)	(1.226)
Aquisição de intangível	(15.793)	(15.741)	(15.118)	(16.754)
Aquisição constituição de investimento	(1.735)	-	(1.735)	-
Aquisição de controladas, líquido de caixa	-	-	-	(12.521)
Caixa proveniente de incorporação – Conde dos Arcos	174	-	-	-
Caixa proveniente de incorporação – Hreinvent	2.158	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(17.771)</b>	<b>(33.528)</b>	<b>(17.905)</b>	<b>(32.790)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	20.000	-	20.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(36.521)	(5.000)	(36.550)	(5.160)
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.440)	(1.634)	(1.440)	(1.634)
Juros pagos	(18.848)	(20.831)	(18.849)	(20.863)
Dividendos pagos	-	-	(201)	-
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(56.809)</b>	<b>(7.465)</b>	<b>(57.040)</b>	<b>(7.657)</b>
<b>Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.593)</b>	<b>16.741</b>	<b>(11.697)</b>	<b>20.447</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
No início do exercício	29.232	12.491	34.850	14.403
No final do exercício	15.639	29.232	23.153	34.850
<b>Transações que não afetaram caixa</b>				
Direito de uso	-	2.193	-	2.193
Passivo de arrendamento	-	(2.193)	-	(2.193)
Transação entre acionistas	-	(8.267)	-	-
Aporte de capital via juros sobre capital próprio	11.752	-	11.752	-
Imobilizado adquirido em combinação de negócios	57	-	-	679
Intangível adquirido em combinação de negócios	8.239	-	-	20.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### 1. Contexto operacional

A LG Informática S.A. ("LG" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 08 de agosto de 1985, com sede na Primeira Avenida, Qd. 1-B, Lt. 31 - Condomínio Cidade Empresarial, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, possui também 5 filiais nas cidades de Belo Horizonte - MG, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Curitiba - PR e Recife - PE.

A LG possui dois sistemas robustos e bem difundidos no mercado para gestão de capital humano, a suite em nuvem "Gen.Te" e a suite desktop FPW. As soluções da LG auxiliam os departamentos de RH de todo o Brasil, da captação de recursos humanos até a visualização em nível gerencial dos impactos positivos e negativos de cada recurso na esfera empresarial.

A Companhia é conhecida como "LG Lugar de Gente", e tem como atividade o desenvolvimento e a comercialização de software que auxilia na gestão de recursos humanos, bem como a prestação de serviços de implementação, consultoria, suporte e manutenção, a eles relacionados.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um capital circulante líquido negativo de R\$ 32.960 (Controladora), R\$ 19.611 (Consolidado). Essa situação será superada no contexto da emissão de debêntures conforme mencionado na nota explicativa de eventos subsequentes nº 26.

### Aquisição de participações controladoras e de não controladores

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

**Aquisição Medel Serviços Administrativos Ltda.**  
Em 26 de janeiro de 2023, a "Casa da Princesa" firmou o Contrato de Compra de Cotas com Fernanda Medel Nobrega, que detinha o controle, para aquisição de 60% das cotas de capital social, assim como o controle, da Medel Serviços Administrativos Ltda. ("Medel").

A Medel tem sede em São Caetano do Sul - SP e trata-se de uma empresa desenvolvedora de software para homologação de rescisões trabalhistas eletronicamente. A aquisição de controle na Medel está alinhada com os objetivos e estratégias de crescimento da Companhia, pois, fortalece o portfólio de produtos, além de propiciar sinergias na prestação de serviços.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, elaborada na data base de 26 de janeiro de 2023, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demandam a conclusão das análises de ativos identificados e eventuais passivos assumidos na aquisição.

O detalhamento do preço de aquisição da Medel, conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3 – Combinações de negócios, está alocado e apresentado conforme a seguir:

	Valor contábil	Mais valia	Valor justo
<b>Ativo:</b>			
Caixa e equivalente de caixa	709	-	709
Contas a receber	860	-	860
Impostos a recuperar	45	-	45
Outros ativos	304	-	304
Imobilizado	678	-	678
Carteira de clientes / Contrato	-	6.197	6.197
<b>Software</b>	<b>1.336</b>	<b>192</b>	<b>1.528</b>
	<b>3.932</b>	<b>6.389</b>	<b>10.321</b>
<b>Passivo:</b>			
Obrigações trabalhistas	230	-	230
Fornecedores	212	-	212
Empréstimos	177	-	177
Tributos a recolher	281	-	281
Outros passivos	57	-	57
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	2.975	6.389	9.364
Participação de não controladores mensurada ao valor justo	(1.191)	(2.556)	(3.747)
<b>Ágio na aquisição</b>			<b>7.613</b>
<b>Total da contraprestação</b>			<b>13.230</b>

A contraprestação foi dividida da seguinte forma: R\$13.183 liquidados no ato do fechamento da compra datado em 26 de janeiro de 2023, e o restante a título de ajuste de preço acordado no montante de R\$47 liquidados em junho de 2023.

O ágio pago de R\$7.613 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição, alocado em sua totalidade ao segmento de software.

### Reorganizações societárias

Aquisição de minoritários da Hreinvent Sistemas S.A. e posterior Incorporação da Conde dos Arcos Participações Ltda. e da Hreinvent Sistemas S.A.

Em 24 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Conde dos Arcos Participações Ltda. (investida da LG), através do contrato de compra e venda de quotas pactuado junto aos vendedores, adquiriu os 15% restantes de participação na Hreinvent Sistemas S.A., passando a ser detentora da totalidade das ações da empresa.

O valor da aquisição foi de R\$1.735 liquidados no ato da aquisição, gerando um efeito no patrimônio líquido de transação entre sócios de R\$1.031.

Em 29 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia e seus acionistas deliberaram uma reorganização societária, cujo objetivo foi simplificar a estrutura dos negócios, efetuando a incorporação da Conde dos Arcos Participações Ltda.

Sumário dos ativos e passivos incorporados da Conde dos Arcos Participações Ltda. em 29 de fevereiro de 2024.:

<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	174
Outros ativos circulantes	1.907
Ágio	4.222
Mais valia de ativos	4.012

Demonstração do resultado				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação, expresso em Reais)				
	Nota	Controladora	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	241.098	198.985	283.367
Custo dos serviços prestados	21	(94.013)	(81.087)	(110.881)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(94.013)</b>	<b>(81.087)</b>	<b>(110.881)</b>
Despesas com vendas	21	(30.604)	(31.120)	(33.435)
Despesas gerais e administrativas	21	(54.623)	(39.601)	(65.519)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	21	(13.314)	(12.869)	(17.143)
Resultado de equivalência patrimonial	7	3.288	(1.541)	(2.132)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(742)	3	(774)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>51.900</b>	<b>32.770</b>	<b>55.615</b>
Receitas financeiras	22	4.251	2.765	5.126
Despesas financeiras	22	(20.115)	(25.043)	(20.151)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(15.864)</b>	<b>(22.275)</b>	<b>(15.025)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>35.226</b>	<b>10.495</b>	<b>40.590</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-
Corrente	17	-	-	(4.469)
Diferido	17	(4.929)	(6.775)	(3.989)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.297</b>	<b>3.720</b>	<b>32.132</b>
Atribuível aos controladores		30.297	3.720	32.132
Atribuível aos não controladores		-	-	-
<b>Lucro por ação</b>		<b>30.297</b>	<b>3.720</b>	<b>30.297</b>
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19	0,3432	0,0473	1,835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023						
(Valores expressos em milhares de Reais)						
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Participação não controladores
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	257.092	(1.767)	5.643	17.911	-	1.406
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.720	1.062
Aquisição de participação não controladora	-	-	-	-	3.720	4.782
Efeito de transação entre sócios	-	(8.267)	-	-	-	3.409
Outras transações de não controladores	-	-	-	-	(8.267)	5.600
<b>Destinações:</b>						
Constituição reserva legal	-	-	186	-	(186)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3)	(284)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	3.531	(3.531)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(11.776)	(11.776)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	257.092	(10.034)	5.829	9.666	262.553	19.460
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.297	1.835
Aquisição de participação não controladora	-	(1.031)	-	-	(1.031)	(704)
Outras transações de não controladores	-	-	-	-	-	(132)
<b>Destinações:</b>						
Constituição reserva legal	-	-	1.515	-	(1.515)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(747)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(16.900)	(16.900)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	11.882	(11.882)	-
Aumento de capital	11.752	-	-	-	11.752	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	268.844	(11.065)	7.344	21.548	286.671	19.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros ativos não circulantes	468
<b>Total do ativo</b>	<b><u>10.788</u></b>
<b>Passivo</b>	
Passivo circulante	2.647
Passivo não circulante	-
<b>Total do passivo</b>	<b><u>2.647</u></b>



Ativos e exclusões previstas. Atribuição sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, as quais estão computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias tributáveis entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

**Tributos sobre as vendas**

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**3.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

**3.16. Benefícios a empregados**

**Programa de incentivo de longo prazo**

A Companhia outorgou um programa de incentivo de longo prazo aos certos executivos o direito a valorização de ações (*"phantom shares"*). Os direitos conferem aos beneficiários um pagamento em dinheiro após um evento de liquidez. O prêmio a ser pago é determinado com base na variação entre o preço da ação no momento inicial (valor de referência inicial) e o preço da ação no momento do evento de liquidez descrito nos contratos (valor de referência final). Os direitos devem ser exercidos em uma janela de prazo junto ao evento de liquidez, podendo ser caducados caso não sejam exercidos nessa data.

Os valores das ações serão reavaliados pela Administração anualmente pelo seu valor justo e as provisões serão complementadas ou revertidas de acordo com a valoração calculada pela Companhia.

**3.17. Base de consolidação**

**1) Controlada**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos, ou tem direito sobre os, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre esta. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**1) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**3.19. Combinação de negócios**

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. O valor justo da contraprestação transferida decorrente de troca de ações é determinado utilizando o valor econômico da adquirente calculado pelo método do fluxo de caixa futuro descontado, uma vez que tanto a adquirida como a adquirente não possuem ações negociadas em bolsa.

Em combinação de negócios em que o adquirente e a adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo, na data da aquisição, da participação na adquirida pode ser mensurado com maior confiabilidade que o valor justo da participação societária no adquirente. Se for esse o caso, o adquirente deve determinar o valor da contraprestação a ser transferida utilizando o valor justo, na data da aquisição, da participação societária na adquirida em vez do valor justo da participação societária transferida.

Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por:

Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1)), respectivamente.

Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

As participações de não controladores que correspondam a participações atuais e confirmam aos seus titulares os direitos a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensurados pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e outro CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações contábeis subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. Outras contrapartidas contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas das demonstrações contábeis subsequentes, e as variações do valor justo são contabilizadas no resultado.

**Demonstrações contábeis individuais**

Nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICP 09 (R2) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas descritos anteriormente.

**3.20. Informações por segmento**

A Companhia possui um único segmento operacional, que é consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, formado pelo Conselho de Administração.

**3.21. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor**

Novas normas, alterações e interpretações de normas aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)**

As alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) especificam os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

A Companhia não teve impactos na implementação destas normas.

**Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

As alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

A Companhia não teve impactos relevantes na implementação destas normas.

**Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

As alterações esclarecem as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A Companhia não teve impactos relevantes na implementação destas normas.

**Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada per-

mitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

**IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

**Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

**7. Investimentos em controladas**

**7.1. Composição dos investimentos**

	Participação		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda.	-	100%	-	(24)	-	-
Milaneli Sistemas de Gestão Integradas de Saúde S.A.	60%	60%	18.423	15.646	-	-
Conde dos Arcos Participações Ltda.	-	100%	-	9.196	-	-
Casa da Princesa Participações Ltda.	100%	100%	13.598	13.071	-	-
Rua de Fundação Participações Ltda.	100%	100%	(3)	1	-	-
Rota dos Pirineus Participações Ltda.	100%	100%	(3)	1	-	-
			32.015	37.891	-	-

**7.2. Principais saldos das controladas**

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Patrimônio líquido		Receitas		Lucro líquido (prejuízo)	
<b>Milaneli Sistemas de Gestão Integradas de Saúde S.A.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	8.319	20.427	2.965	139	25.642	27.257	1.439							
Em 31 de dezembro de 2024	14.625	20.034	4.386	4	30.269	34.432	6.068							
<b>Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	136	645	401	399	(19)	141	(830)							
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	140	(432)							
<b>Largo do Chafariz Participações Ltda.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	(52)							
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-							
<b>Conde dos Arcos Participações Ltda.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	536	9.573	913	-	9.196	-	721							
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	(24)							
<b>Casa da Princesa Participações Ltda.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	123	12.948	-	-	13.071	-	(280)							
Em 31 de dezembro de 2024	265	13.338	4	-	13.599	-	514							
<b>Rua da Fundação Participações Ltda.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	1	-	-	-	1	-	(6)							
Em 31 de dezembro de 2024	1	-	5	-	(4)	-	(7)							
<b>Rota dos Pirineus Participações Ltda.</b>														
Em 31 de dezembro de 2023	1	-	-	-	1	-	(7)							
Em 31 de dezembro de 2024	1	-	5	-	(4)	-	(7)							

**7.3. Movimentação dos investimentos**

	Ben.Up (i)	Largo do Chafariz (ii)	Conde dos Arcos (iii)	Casa da Princesa (iv)	Rua da Fundação (v)	Rota dos Pirineus (vi)	Milaneli (vii)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	101	22.869	8.475	1	1	1	-	31.448
Aquisição/constituição / redução	(258)	-	-	-	-	-	-	(258)
Aporte de capital	2.697	-	-	13.350	4	4	-	16.055
Incorporação / baixa	-	(22.817)	-	-	-	-	14.550	(8.267)
Equivalência patrimonial	(2.564)	(52)	721	(280)	(6)	(7)	647	(1.541)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(204)	(204)
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	-	-	-	2	3	653	658
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	(24)	9.196	13.071	1	1	15.646	37.891	-
Incorporação / baixa	(844)	-	(8.141)	-	-	-	-	(8.985)
Equivalência patrimonial	(830)	-	(24)	514	(7)	(7)	3.641	3.287
Aporte de capital	1.698	-	-	-	-	-	-	1.698
Transação de capital	-	-	(1.031)	-	-	-	-	(1.031)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(864)	(864)
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	-	-	13	3	3	-	19
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-	13.598	(3)	(3)	18.423	32.015

	Consolidado	Ben.Up (i)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	101	101
Aquisição/constituição	(258)	(258)
Aporte de capital	2.289	2.289
Equivalência patrimonial	(2.132)	(2.132)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-
(I) A Ben.Up Soluções e Corretora de Seguro Ltda., foi adquirida em 28 de janeiro de 2022, pelo montante de R\$1.703. A empresa atua no desenvolvimento e comercialização de uma plataforma digital de benefícios por adesão, incluindo produtos de crédito, como consignado privado, e produtos de seguro, previdência privada, dentre outros, para colaboradores das empresas clientes. Em setembro de 2023 ocorreu a aquisição do controle da Ben.up, ocasionando uma perda de participação de R\$(258), conforme nota 1. Em 03 de maio de 2024, mediante 6ª Alteração de contrato social, foi aportado capital de R\$1.698 e posteriormente ocorreu a venda do controle da Bem.up, ocasionando em uma perda de investimento de R\$(844). O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivalente ao período de cinco meses, foi de R\$(830).		
(II) A Largo do Chafariz Participações Ltda., foi criada em 15 de agosto de 2022 com o objetivo de participar no capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. Em 01 de março de 2023 a empresa foi incorporada pela Milaneli, conforme citado na nota 1. O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivalente ao período de dois meses foi de R\$(52).		
(III) A Conde dos Arcos Participações Ltda., foi criada em 15 de agosto de 2022 com o objetivo de participar no capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2023 a empresa detinha 85% de participação na Hreinvent Sistemas S.A. Em fevereiro de 2024 ocorreu a aquisição dos 15% de participação restantes o que ocasionou em uma transação entre acionistas de R\$1.031, e posteriormente a empresa foi incorporada pela LG, conforme citado na nota 1. O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivalente ao período de dois meses, foi de R\$(24) (R\$721 em 2023).		
(IV) A Casa da Princesa Participações Ltda., foi criada em 27 de setembro de 2022 com o objetivo de participar no capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. Em 26 de janeiro de 2023 a empresa adquiriu participação de 60% na Medei Serviços Administrativos S.A.. O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$(527) (R\$(280) em 2023).		
(V) A Rua da Fundação Participações Ltda., foi criada em 27 de setembro de 2022 com o objetivo de participar no capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$(7) (R\$(6) em 2023).		
(VI) A Rota dos Pirineus Participações Ltda., foi criada em 27 de setembro de 2022 com o objetivo de participar no capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$(7) (R\$(7) em 2023).		
(VII) A Milaneli sistemas de Gestão Integradas de Saúde S.A. foi adquirida em 30 de setembro de 2022, pela empresa Largo do Chafariz Participações S.A., onde em 01 de março de 2023 incorporou a sua adquirente, passando a ter em seu quadro de acionistas a LG, conforme transação detalhada na nota 1. Em 31 de dezembro de 2024 foi provisionado dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$864. O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$(3.077) (R\$647 em 2023).		

**8. Intangível**

	Controladora				
	Ágio	Desenvolvimento de software (i)	Outros softwares (ii)	Mais valia de ativos (iii)	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	243.613	75.404	11.094	87.458	417.569
Adições	-	15.213	528	-	15.741
Saldo em 31 de dezembro de 2023	243.613	90.617	11.622	87.458	433.310
Adições	-	15.770	23	-	15.793
Incorporação de controlada – Conde dos Arcos	4.227	-	-	4.949	9.176
Saldo em 31 de dezembro de 2024	247.840	106.387	11.645	92.407	458.279
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(15.139)	(9.867)	(5.400)	(30.406)
Adições	-	(5.023)	(235)	(8.801)	(14.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(20.162)	(10.102)	(14.201)	(44.465)
Adições	-	(6.150)	(230)	(9.443)	(15.823)
Incorporação de controlada – Conde dos Arcos	-	-	-	(937)	(937)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(26.312)	(10.332)	(24.581)	(61.225)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2023	243.613	70.455	1.520	73.257	388.845
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	247.840	80.075	1.313	67.826	397.054
	Consolidado				
	Ágio	Desenvolvimento de software (i)	Outros softwares (ii)	Mais valia de ativos (iii)	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	260.138	75.404	11.132	100.815	447.489
Aquisição controlada – Casa da Princesa	7.613	1.336	-	6.049	14.998
Ajuste de preço controlada – Conde dos Arcos	347	-	-	233	580
Adições	-	16.201	553	-	16.754
Outras transações de não controladores	-	-	-	5.600	5.600
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268.098	92.941	11.685	112.697	485.421
Adições	-	15.080	38	-	15.118
Saldo em 31 de dezembro de 2024	268.098	108.021	11.723	112.697	500.539



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	5.615	5.171	5.636	5.329
FGTS a recolher	888	672	944	745
INSS a recolher	1.013	837	1.177	1.137
Provisão para férias e encargos	9.627	8.633	10.344	9.517
Provisão de PPR (i)	4.512	-	4.686	-
Programa de incentivo de longo prazo - <i>phantom shares</i> (ii)	5.710	6.056	5.710	6.056
Outras	20	16	20	17
<b>Total</b>	<b>27.385</b>	<b>21.385</b>	<b>28.517</b>	<b>22.801</b>

Circulante **21.675** 15.329 **22.807** 16.745  
Não circulante **5.710** 6.056 **5.710** 6.056

(I) A Companhia possui um programa de participações de resultados para os colaboradores conforme a Lei nº 10.101/00 de acordo com o resultado apurado a cada exercício. O montante é definido por meio dos resultados e indicadores de desempenho, que determinam o montante a pagar ao final do exercício.

(II) A Companhia possui um programa de incentivo de longo prazo e outorgou a certos executivos 104.580 direitos de valorização de ações (“*Phantom Shares*”), entre os anos de 2014 e 31 de dezembro de 2024. Os direitos conferem aos beneficiários e estatutários um pagamento em dinheiro após um evento de liquidez (oferta pública de ações da Companhia que resulte na listagem e negociação de ações da Companhia em bolsa de valores, alienação das ações da Companhia pelos acionistas principais que resulte na transferência de mais de 50% das ações do capital social da Companhia, venda ou alienação de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros). O programa possui prazos de carência de 25% a cada ano a partir da data de concessão dos direitos de valorização. E em caso de um evento de liquidez, o prazo de carência será antecipado. O prêmio a ser pago é determinado com base na variação entre o preço da ação no momento inicial (valor de referência inicial) e o preço da ação no momento do evento de liquidez descrito nos contratos (valor de referência final). Os direitos devem ser exercidos em uma janela de prazo junto ao evento de liquidez, podendo ser caducados caso não sejam exercidos nessa data, na medida em que os beneficiários permaneçam vinculados como administrador ou empregado da Companhia até a ocorrência do evento de liquidez. Os valores provisionados já contemplam os encargos sociais. A Companhia estimou o valor justo do programa de *phantom shares* considerando a avaliação do valor justo da Companhia pelo método do fluxo de caixa descontado. A movimentação da quantidade dos direitos de valorização de ações é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em unidades de performance	78.435	84.245
Unidades outorgadas	-	-
Unidades canceladas	(5.810)	(5.810)
Unidades liquidadas	-	-
Saldo final em unidades de performance	72.625	78.435

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços	7.643	6.801	7.914	8.050
Fornecedores parceiros	2.235	3.238	1.018	3.238
<b>Total</b>	<b>9.878</b>	<b>10.039</b>	<b>8.932</b>	<b>11.288</b>

11. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro (a)	14.164	22.485	14.164	22.508
<b>Total</b>	<b>14.164</b>	<b>22.485</b>	<b>14.164</b>	<b>22.508</b>

Circulante	9.746	10.018	9.746	10.041
Não circulante	4.418	12.467	4.418	12.467

Cronograma de vencimento das parcelas de longo prazo:

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em 2025	-	8.554
Vencimento em 2026	4.418	3.913
	4.418	12.467

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Contratação	Amortizações		Juros incorridos	Juros pagos	Saldo em 31/12/2024
			principal				
Capital de Giro (a)	22.485	-	(8.743)		2.157	(1.735)	14.164
	22.485	-	(8.743)		2.157	(1.735)	14164

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Contratação	Amortizações		Juros incorridos	Juros pagos	Saldo em 31/12/2023
			principal				
Capital de Giro (a)	5.052	20.000	(5.000)		2.712	(279)	22.485
	5.052	20.000	(5.000)		2.712	(279)	22.485

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Contratação	Combinação de Negócios		Amortizações principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo em 31/12/2024
Capital de Giro (a)	22.508	-	-	(8.772)		2.164	(1.736)	14.164
	22.508	-	-	(8.772)		2.164	(1.736)	14164

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Contratação	Combinação de Negócios		Amortizações principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo em 31/12/2023
Capital de Giro (a)	5.052	20.000	177	(5.160)		2.734	(295)	22.508
	5.052	20.000	177	(5.160)		2.734	(295)	22.508

(a) Refere-se a empréstimo de capital de giro obtido em 23 de janeiro de 2024 junto ao Banco Itaú para reforço de caixa, com uma taxa de juros de 2,80% a.a. + CDI, com carência no pagamento do principal de 12 meses, e prazo de amortização de 24 meses. **Garantias**

A captação referente ao capital de giro possui como garantia os direitos creditórios representados por duplicatas de vendas mercantis ou de prestação de serviços, vencíveis a prazo em até 180 dias, que cubram, no mínimo, 35% da dívida.

12. Debêntures

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Principal	97.222	125.000
Juros	1.562	2.136
	98.784	127.136
( - ) Custo de transação	(1.584)	(2.047)
<b>Total</b>	<b>97.200</b>	<b>125.089</b>

Circulante	28.876	29.450
Não circulante	68.324	95.639

Cronograma de vencimento das parcelas de longo prazo:

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em 2025	-	27.314
Vencimento em 2026	27.313	27.314
Vencimento em 2027	27.314	27.314
Vencimento em 2028	13.697	13.697
	68.324	95.639

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Juros incorridos	Custo de transação apropriados		Amortização principal	Juros pagos	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	125.089	15.713	463	(27.778)		(16.287)	97.200
	125.089	15.713	463	(27.778)		(16.287)	97.200

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Juros incorridos	Custo de transação apropriados		Amortização principal	Juros pagos	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	125.007	19.679	463	-	(20.060)		125.089
	125.007	19.679	463	-	(20.060)		125.089

Em 15 de maio de 2022 a Companhia Largo da Carioca Participações S.A. realizou a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures nos termos da Instrução da nº 476 da CVM. As 125.000 debêntures foram emitidas em uma única série, todas de espécie quirográfaria, não convertíveis em ações, com garantia fidejussória e real, com esforços restritos, somente negociadas entre investidores qualificados, nos termos do artigo 58 da lei das S/As, sem repactuação programada, ao valor total de R\$125.000. O prazo de vigência das debêntures é de 06 anos, contados da data de emissão, com vencimento em 15 de maio de 2028, com a taxa de juros de 2,95% a.a. + CDI, e carência no pagamento do principal de 24 meses.

Após a incorporação reversa da Largo da Carioca Participações S.A. realizada em 1º de setembro de 2022, a LG assumiu a obrigação junto aos debenturistas como sucessora.

**Garantias**

A operação de debênture prevê o trânsito de direitos creditórios representados por duplicatas de vendas mercantis ou de prestação de serviços, que cubram, no mínimo, 10% da dívida.

**Covenants não financeiros**

O acordo pactuado junto ao Banco Bradesco, escriturador das debêntures, prevê a emissão da demonstração financeira relativa ao encerramento do exercício devidamente auditada no prazo de até 90 dias após a data base de 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024, para validação dos indicadores financeiros da dívida líquida e dividida pelo EBITDA.

Prevê também o vencimento antecipado nos seguintes casos:

I – Cessão, promessa de cessão, venda ou alienação de ativos da empresa em valor individual ou agregado a R\$5.000.

II – Não cumprimento de sentenças administrativas definitivas, judiciais ou decisões arbitrais de exequibilidade imediata em face da Companhia, exceto se couber direito de regresso contra terceiro e for comprovada a quitação em até 15 dias úteis antes do prazo previsto para desembolso financeiro da Companhia.

III – Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária em valor individual ou agregado que seja superior ou igual a 15% do EBTIDA da Companhia, não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos.

IV – Distribuição de dividendos pela Companhia, pagamento de juros sobre capital próprio ou realização de qualquer pagamento aos seus acionistas, acima de 25% do seu lucro líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está em conformidade com todas as suas cláusulas.

Conforme mencionado na nota nº 26, o contrato de debenture teve sua liquidação antecipada com o montante capitado pela 2ª emissão pública de debênture.

**Covenants financeiros**

Os indicadores financeiros da dívida líquida e dividida pelo EBITDA auferidos através das demonstrações financeiras mencionadas anteriormente precisam ser menor ou igual a:

4x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

3,5x no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023;

3x no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024.

O segundo aditamento da emissão de debêntures pactuado entre as partes definiu a apuração do EBITDA com base nas demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* da emissora, relativas aos 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a instrução CVM 527, o lucro líquido, excluindo: (a) despesas financeiras, (b) receitas e despesas não recorrentes, incluindo despesas com projetos estratégicos com caráter extraordinário, (c) resultado não operacional. (d) participações minoritárias, (e) tributos e (f) amortizações e depreciações.

Para que não restem dúvidas, em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será *pro forma*, considerando os 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está em conformidade com todas as suas cláusulas.

13. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL a pagar	-	-	286	388

IRRF a pagar	2.591	2.267	2.689	2.420
CPRB a pagar (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	1.518	1.078	1.518	1.078
ISS a pagar	693	481	805	614
PIS/COFINS a pagar	405	181	654	281
Outros tributos a pagar	647	235	884	289
<b>Total</b>	<b>5.854</b>	<b>4.242</b>	<b>6.836</b>	<b>5.070</b>

14. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	13.778	15.409	14.049	15.956
Manutenções e assinaturas	702	939	702	939
Outros	446	571	445	571
<b>Total</b>	<b>14.926</b>	<b>16.919</b>	<b>15.196</b>	<b>17.466</b>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia e de suas controladas em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados em um ou mais períodos, e são reconhecidos no resultado na medida das entregas das obrigações de performance estipuladas no respectivo contrato.

A Companhia e suas controladas geram receitas provenientes da utilização e implementação de ofertas de soluções de software de gestão de pessoas a seus clientes. A Companhia e suas controladas fornecem acesso e/ou direito de uso ao seu software quando relacionado a assinaturas e manutenções, respectivamente, aos seus clientes baseados em valores mensais, contudo, alguns optam pelo faturamento antecipado, que são diferidos e reconhecidos no resultado proporcionalmente durante o período de utilização.

15. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2022
Aquisição de controlada a pagar - Norber (i)	4.332	6.515	4.332	6.515
Aquisição de controlada a pagar - UnicoRH (ii)	1.155	-	1.155	912
Outros	35	62	(8)	969
	5.522	6.577	5.479	8.396

Circulante	4.076	2.666	4.033	4.053
Não circulante	1.446	3.911	1.446	4.343

Refere-se ao saldo remanescente a pagar da aquisição da Norber Engenharia Ltda., o qual deve ser atualizado pela taxa CDI e será pago em parcelas anuais até 2026., o qual deve ser atualizado pela taxa CDI e será pago em três parcelas anuais a partir de dezembro de 2025, e acrescido de ajuste de preço que foi realizado no laudo final no montante de R\$580.

Cronograma de vencimento das parcelas de longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em 2025	-	2.411	-	2.843
Vencimento em 2026	1.446	1.500	1.446	1.500
	1.446	3.911	1.446	4.343

16. Provisões para demandas judiciais

A Administração da Companhia acompanha o desenvolvimento dos processos e discussões e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para todos aqueles processos cujo desfecho desfavourável é considerado provável, é constituída provisão para perda, incluindo principal e encargos.

Em 31 de dezembro de 2024, na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos existem causas classificadas como perda provável na controladora no valor de R\$ 100 (R\$0 em 2023) e foi reconhecido o valor de R\$104 no consolidado (R\$239 em 2023). Os processos classificados como de perda provável se referem a ações movidas por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	100	-	104	239
	100	-	104	239

A Administração da Companhia registrou a provisão para demandas judiciais, para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Provisão	-	239
(-) Baixa por pagamento	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>239</b>
Provisão	-	239
Adição por incorporação	100	-
(-) Baixa por pagamento	-	(135)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>100</b>	<b>104</b>

Em 31 de dezembro de 2024, existem outros processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante da controladora de R\$ 9.772 (R\$7.833 em 31 de dezembro de 2023) e do consolidado de R\$ 9.928 (R\$ 8.031 em 31 de dezembro de 2022), substancialmente representado por processo administrativo relacionado a débitos de IRPJ e CSLL em função de questionamento da dedutibilidade da amortização fiscal do ágio e de despesas relacionadas aos projetos de P&D, do ano calendário de 2018. Para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

17. Imposto de renda e contribuição social

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	35.226	10.495	40.590	13.925
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal	(11.977)	(3.568)	(13.801)	(4.735)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões ao lucro contábil	7.048	(3.207)	5.343	(4.408)
Adições/exclusões permanentes (i)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.929)	(6.775)	(8.458)	(9.143)
Alíquota efetiva	14%	65%	21%	66%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(4.468)	(2.579)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.929)	(6.775)	(3.989)	(6.564)
(b) Substancialmente composto por: a) Exclusão juros sobre capital próprio (R\$5.746), Exclusão lei do bem (R\$3.460), c) Adição amortização de mais valias incorporação reversa (R\$2.884)				
(c) Tributos diferidos				

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

**Diferenças temporárias**





# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 29 Abril 2025, 08:56:48

**Documento:** BALANÇO LG INFORMATICA - DIGITAL\_29-04.Pdf

**Número:** bef6a489-9950-41b6-9771-8ec743219ee3

**Data da criação:** 29 Abril 2025, 08:56:24

**Hash do documento original (SHA256):** 90df6e495b762aeb72f8c2e68a3d1533d11f89feaf3ff899e94df0f0c58f045d



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número bef6a489-9950-41b6-9771-8ec743219ee3, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign bef6a489-9950-41b6-9771-8ec743219ee3. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 29 Abril 2025, 08:56:49

## Assinaturas com certificado digital

### INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número bef6a489-9950-41b6-9771-8ec743219ee3, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign bef6a489-9950-41b6-9771-8ec743219ee3. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.